

Reflexões Bioéticas Sobre Ciência, Saúde e Cidadania

Volnei Garrafa

Cirurgião dentista; professor titular do Departamento de Saúde Coletiva; coordenador do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Bioética da Universidade de Brasília - UnB; Pós-doutorando em Bioética pela Universidade de Roma; vice-presidente da Sociedade Brasileira de Bioética; editor associado da revista Bioética - Conselho Federal de Medicina

Considerando a dinâmica observada pela conceitualização da bioética desde seu nascimento, o autor propõe classificá-la em duas vertentes: bioética das situações persistentes e bioética das situações emergentes. A partir deste referencial teórico, introduz e discute as seguintes questões:

1. A ética da responsabilidade - científica e social -, que inclui a questão da radicalidade ética, recordando que o problema central da bioética não é o do "limite ético", mas aquele das razões que justificam um dado juízo moral; 2. Os limites da manipulação da vida, compreendendo estes "limites" de forma conceitual como "estimular o desenvolvimento da ciência dentro das fronteiras humanas" e desestimulá-la quando esta passa a avançar na direção de limites desumanos";

3. Pluralidade, tolerância, responsabilidade e justiça, entendendo que a partir do acelerado desenvolvimento da ciência a questão dos "limites" não pode mais ser vista sob o ângulo exclusivamente biotecnocientífico, mas a partir da sua fundamentação ética; a barreira técnica e científica está praticamente superada: o limite, hoje, deve ser estabelecido pela ética: o "fazer tudo o que PODE ser feito" é substituído pelo "fazer tudo aquilo que DEVA ser feito".

Finalizando, enfatiza o desafio, para a bioética contemporânea, de equilibrar a "linguagem dos princípios" com a "linguagem das virtudes".

UNITERMOS - Ética da responsabilidade, situações "persistentes" e "emergentes", "limites" da ciência, pluralidade, tolerância, cidadania

A retomada da preocupação mundial com as questões morais nos anos 60 movimentou três setores essenciais: a) a *ética dos negócios*, através da qual diversos países passaram a atacar de forma mais dura a corrupção e outros abusos verificados no setor econômico-financeiro; b) a *ética ambiental*, que se estabeleceu principalmente através de avanços com relação aos movimentos de defesa da preservação e às leis de proteção ao meio ambiente; c) a *bioética*.

A primeira, como se sabe, progrediu muito pouco, principalmente depois que a ideologia neoliberal - soberana no mundo atual - estabeleceu, na prática, o fundamentalismo econômico como valor absoluto nas relações entre as pessoas e entre as nações, acima de qualquer referência ou necessidade humana. A ecologia, apesar de avanços e retrocessos no contexto internacional, logrou chamar a atenção da opinião pública internacional sobre os problemas ambientais mais gritantes. A bioética, por sua vez, está lutando para inserir seus grandes paradigmas na agenda de discussão neste final de século.

A *bioética* ganhou concretude a partir de um livro publicado pelo oncologista Van Ressenlaer Potter, em 1971 - *Bioethics: A bridge to the future* (1). Nesta obra, é definida como "a ciência da sobrevivência e do melhoramento da vida". Imediatamente, o neologismo ganhou notoriedade mundial, espalhando-se com rapidez inusitada. A confirmação prática desta afirmação é a multiplicação de comitês bioéticos por todo o mundo, a organização de novas disciplinas especializadas nas universidades, a criação de revistas científicas, o interesse repentino dos governos e das mais variadas instituições públicas e privadas, religiosas ou laicas, com relação ao tema. Assim, a bioética, que a alguns desavisados parecia tratar-se de uma nova versão da ética médica tradicional e hipocrática, ampliou seu espectro muito além dos limites tradicionais que tratam dos problemas deontológicos decorrentes das relações entre os profissionais de saúde com seus pacientes.

A conceitualização da jovem bioética está em constante evolução, mas podemos balizar uma grande classificação que situa os diversos temas dos quais ela trata: a *bioética das situações persistentes*, que analisa aqueles temas cotidianos que se referem à vida das pessoas e que persistem teimosamente desde o Velho Testamento: a exclusão social, o racismo, a discriminação da mulher no mercado de trabalho, a eutanásia, o aborto. A *bioética das situações emergentes*, que se ocupa dos conflitos originados pela contradição verificada entre o progresso biomédico desenfreado dos últimos anos e os limites ou fronteiras da cidadania e dos direitos humanos, como as fecundações assistidas, as doações e transplantes de órgãos e tecidos, o engenheiramento genético de animais e da própria espécie humana e inúmeras outras situações. Nesse sentido, está claro que a bioética não significa apenas uma moral do bem ou do mal, ou um saber acadêmico a ser transmitido e aplicado na realidade concreta,

como a medicina ou a biologia: Pela amplitude do objeto com o qual se ocupa, seus verdadeiros fundamentos somente podem ser alcançados através de uma ação multidisciplinar que inclua, além das ciências médicas e biológicas, também a filosofia, o direito, a antropologia, a ciência política, a teologia, a economia.

O progresso alcançado pelas ciências biológicas e suas aplicações clínicas tem sido tão extraordinário que ocasionou transformações no próprio modo de viver e de morrer da humanidade, melhorando consideravelmente a qualidade de vida das pessoas. Mas o triunfalismo das novas conquistas não pode desestabilizar o frágil equilíbrio de relações que, a duras penas, durante séculos e séculos, homens e mulheres vêm conseguindo manter entre si e a natureza. Nas famosas *Lições de Ética* proferidas na Universidade de Königsberg entre os anos 1775 e 1780/81, o filósofo alemão Immanuel Kant, ao falar sobre o princípio supremo da moralidade, já dizia que *qualquer ação individual deve estar sempre de acordo com a regra universal do desejo livre de cada pessoa* (2). Na atualidade, com a diversificação cada vez maior de costumes e/ou princípios sociais, religiosos, jurídicos e outros, ficam cada dia mais estreitos os caminhos e delicado o equilíbrio entre a ética da liberdade individual, a ética das necessidades coletivas e a aplicação dos avanços da ciência e da tecnologia. Em uma sociedade na qual a maioria dos indivíduos são agentes morais autônomos, com distintos critérios sobre o que é o bem ou o mal, sobre o que é certo e o que é errado, a relação médica, no sentido da relação interpessoal (ou mesmo com o coletivo), pode ser já, não só, *eventualmente conflitiva* mas *essencialmente conflitiva*. O *pluralismo moral* é a marca irreversível dos atuais tempos, seja de origem política, religiosa, sexual, racial ou outra qualquer.

A partir dos resultados cada dia mais impressionantes alcançados no campo das pesquisas médico-biológicas, era natural, então, que muitas controvérsias e discussões morais surgissem, principalmente considerando-se a velocidade com que os fatos passaram a acontecer e as profundas transformações que trouxeram com relação às formas de nascer, viver e morrer dos seres humanos. A rapidez das conquistas científicas e tecnológicas exigiu que a filosofia suplantasse seus velhos dilemas e se tornasse mais dinâmica e prática - aplicada - na procura de uma nova racionalidade ética. Assim, a filosofia viu-se repentinamente obrigada a caminhar com agilidade compatível às descobertas e às conseqüentes mudanças que passaram a ser verificadas no cotidiano das pessoas e coletividades. Parâmetros morais secularmente estagnados começaram a ser questionados e transformados, gerando a necessidade do estabelecimento de novos princípios éticos que, por sua vez, passaram a requerer da sociedade ordenamentos jurídicos pertinentes à nova realidade.

A ética da responsabilidade: científica e social

Algumas semanas antes de falecer, em New York, o pensador alemão Hans Jonas concedeu uma entrevista extraordinária ao filósofo italiano Vittorio Hösle. O alvo de suas declarações era o fato de, nos dias atuais, freqüentemente sentirmos que o progresso intelectual (científico e tecnológico) avança mais rapidamente que o progresso moral (ético): "O conhecimento que temos sobre o homem, sobre a sociedade e sobre a história ficou atrasado com relação ao que sabemos sobre a natureza. O progresso é até hoje unilateral e desequilibrado, e esse aspecto exprime um total desconhecimento do fenômeno humano e particularmente daquele ético". Fazendo uma prospecção sobre o futuro da humanidade, ele refere-se ao fato que "na sociedade planetária de alto risco" não mais se pode privilegiar o bem-estar deste ou daquele grupo social, mas a sobrevivência, a qualidade de vida e a integridade do gênero humano. Para Jonas, neste momento, o ser humano está aberto à responsabilidade e ao risco, é chamado a dar-se conta de si e da sua descendência, a mostrar respeito pela totalidade do mundo natural e tornar-se, por tudo isso - não no idealismo da consciência, mas na escolha do agir -, guardião do próprio ser (3).

É prudente que a humanidade - especificamente os setores das ciências biológicas, jurídicas e da saúde - reflita com cuidado sobre as sinalizações apontadas por Jonas a respeito do princípio da responsabilidade científica e social e da aparente impotência da ética e da filosofia contemporâneas frente ao homem tecnológico possuidor de tantos poderes não só para desorganizar como também para mudar radicalmente os fundamentos da vida. De criar a destruir a si mesmo. Ao mesmo tempo que gera novos seres humanos através do domínio de complexas técnicas de fecundação assistida, o homem tecnológico agride e desequilibra, diariamente, o meio ambiente do qual depende a manutenção futura da espécie. A AIDS, o elevado número de acidentes com mortes no trânsito, a difusão internacional das drogas, assim como diversos tipos de câncer, ou a silicose (que continua absurdamente matando trabalhadores em muitos países), são "invenções" deste mesmo homem tecnológico que oscila suas ações entre a criação de novos benefícios e a insólita destruição de si mesmo. O Brasil, por exemplo, carrega há muitos anos esta insustentável contradição ética: concomitantemente ao fato de alguns hospitais do país lograrem desenvolver cirurgias da maior complexidade técnico-científica, como transplantes múltiplos de órgãos ou delicadas intervenções intra-uterinas em corações de fetos, dezenas de adultos e crianças continuam a morrer diariamente em conseqüência de problemas que poderiam ter sido evitados através de corriqueiras medidas sanitárias.

Para Jonas, principalmente com relação aos problemas e contradições que a humanidade se vê hoje obrigada a enfrentar, é necessário que a racionalidade ética caminhe com a mesma velocidade do progresso científico e tecnológico. Apesar de não usar a expressão "ética prática", manifesta que a filosofia pode dizer várias coisas concretas: que tipos e formas de vida são melhores do que outras, que coisas trazem benefício ou danos.

Segundo ele, o progresso moral coletivo pode ser evidenciado de três formas: a) através da legislação dos Estados modernos; b) em certos valores que são incorporados no código das leis; c) nos comportamentos públicos. Não são poucos os países que até caminham bem nos dois primeiros desafios, sucumbindo fragorosamente, no entanto, no terceiro. Os desvios éticos tantas vezes produzidos pelo Estado contemporâneo têm demonstrado a inexistência de uma racionalidade ética no sentido da aplicação de medidas que as legislações destes países já se comprometeram em proporcionar aos cidadãos.

Assim, encontramos-nos frente a necessidade de mudanças não somente dos antigos paradigmas técnicos e científicos, mas também nos compromissos e responsabilidades sociais, o que não significa obrigatoriamente a dissolução dos valores já existentes, mas sua transformação. Ou, como afirma o filósofo alemão Hans Küng: "Devemos avançar de uma ciência eticamente livre para outra eticamente responsável, de uma tecnocracia que domina o homem para uma tecnologia que esteja a serviço da humanidade do próprio homem(...) de uma democracia jurídico-formal a uma democracia real que concilie liberdade e justiça" (4).

Estas transformações, no entanto, são de difícil execução, pois a resultante moral da modernização não tem conseguido articular a agenda moderna da autonomia com o ideal aristotélico da felicidade, colocando em perigo a própria sobrevivência do planeta em seu conjunto. As conseqüências da aliança entre ciência, técnica e economia em um contexto de neoliberalismo político e econômico trouxeram progresso, riqueza e liberdade somente para uma minoria privilegiada de pessoas, gerando miséria e sofrimento para a grande maioria da população. Deste diagnóstico sombrio, nasce a preocupação ética de que as morais dependentes da racionalidade estratégica/instrumental, do decisionismo, do irracionalismo subjetivista ou do pragmatismo mostram-se incapazes frente aos novos desafios, isto é, para fundamentar as bases de uma macroética da responsabilidade solidária (5,6).

Segundo alguns autores que mostram-se preocupados com a situação atual de uma "ética sem moral", as perspectivas futuras direcionam à necessidade de *radicalização da democracia* a partir de um novo sujeito moral (indivíduo), que tem como base de atuação a participação e a autonomia (7,8). De certa forma, esse contexto guarda relação com o conceito de *democracia radical*, a qual significa: a) a idéia do sujeito autônomo que exerce sua autonomia nos diferentes âmbitos da vida social (político, sanitário, ecológico, pedagógico, econômico, etc.) levando em consideração suas peculiaridades; b) que defende, no plano individual, um novo humanismo contra o neoindividualismo; c) que prega, no plano coletivo, a democracia participativa em lugar do antigo poder centralizado. Com relação ao "princípio da radicalidade", vale recordar que o problema central da bioética não é o do *limite ético*, mas aquele das razões que justificam um dado juízo moral.

Os limites da manipulação da vida

A questão da manipulação da vida pode ser contemplada a partir de variados ângulos: biotecnológico, político, econômico, social, jurídico e moral. Em respeito à liberdade (individual e coletiva) conquistada pela humanidade através dos tempos, a pluralidade constatada neste final do século XX requer que o estudo bioético do assunto contemple - na medida do possível e de forma multidisciplinar - todas estas possibilidades.

Com relação à vida futura do planeta, não deverão ser regras rígidas ou limites exatos que estabelecerão até onde o ser humano poderá ou deverá chegar. É necessário que se passe a discutir sobre princípios mais amplos que, sem serem quantitativos ou limítrofes na sua essência, possam proporcionar contribuições conceituais e também práticas no que diz respeito ao equilíbrio e bem-estar futuro da espécie. Nesse sentido, proponho incluir na discussão alguns temas que venho trabalhando com Giovanni Berlinguer em pesquisa sobre a comercialização das estruturas humanas, a qual tangencia as fronteiras do desenvolvimento, sem limitar-se a elas: a *pluralidade*, a *tolerância*, a *responsabilidade* e a *justiça* (9,10).

Diversos setores da sociedade, principalmente aqueles religiosos e mais dogmáticos, têm traçado uma visão perturbadora, pessimista e apocalíptica da relação entre a ciência e a vida humana neste final de século. Um dos documentos mais respeitáveis surgidos nos últimos anos e que contempla a discussão bioética - a Encíclica *Evangelium vitae*, do Papa João Paulo II - desenvolve esta linha de pensamento (11). A relação de temas abordados pela encíclica papal abrange o que se opõe de forma direta à vida, como a fome, as doenças endêmicas, guerras, homicídios, genocídio, aborto, eutanásia e tudo o mais que viole a integridade da pessoa, como as mutilações e torturas. Tudo aquilo que ofenda à dignidade humana, como as condições subumanas de vida, prisões arbitrárias, escravidão, deportação, prostituição, tráfico de mulheres e menores, condições indignas de trabalho. A partir desta realidade incontestável, o Papa chega a definir o século XX como uma época de ataques massivos contra a vida, como um reino do culto à morte. A veracidade destes dados, no entanto, é maculada pela unilateralidade do julgamento sobre o presente e pela escuridão apontada para o futuro.

A insistência nos aspectos negativos da realidade obstaculiza uma visão mais precisa e articulada deste século. Sem cair na posição oposta, deve-se reconhecer que o século XX, apesar das guerras e de se estar

encaminhando para seu final em clima de incerteza, foi também o século da vida. Foi o século no qual se aprofundou o conhecimento científico sobre a própria vida, o que, sem dúvida, redundou numa melhoria, em termos de qualidade, para a grande parte da espécie humana. Foi o século no qual, pela primeira vez na história, a duração média de vida aproximou-se aos anos indicados como o destino "normal" da espécie; no qual a saúde dos trabalhadores foi defendida e sua dignidade reconhecida em muitos países; onde vimos emergir os direitos vitais, jurídicos e culturais das mulheres, que nos séculos anteriores foram sempre desprezados; em que existiu uma substancial valorização do corpo; onde as ciências biológicas e a medicina chegaram a descobertas fantásticas, beneficiando indivíduos e populações. O desafio de hoje, portanto, é construir o processo de inclusão de todas as pessoas e povos como beneficiários deste progresso.

Assim, a questão do progresso científico não pode restringir-se ao campo emocional, religioso e, menos ainda, dogmático. O exercício do autocontrole no campo biotecnocientífico foi assim observado por Napoleoni: "Até hoje, não há dúvidas de que toda vez que se quis estabelecer um condicionamento não-técnico sobre a técnica, a operação fracassou. Toda vez que se disse, aqui existe uma falha da moralidade, reconstituamos pois a moralidade, certos valores morais e também políticos, de modo a proporcionar fins diferentes daqueles que a técnica possui por si mesma - toda vez que se tentou esta operação, ela se revelou absolutamente patética" (12).

A força da ciência e da técnica está em apresentar-se como lógica utópica de liberação, que pode prometer para o futuro, inclusive, a imortalidade. Tudo isso deveria, pois, desaconselhar as tentativas de impor uma ética autoritária, alheia ao progresso técnico-científico. Deveria, além disso, induzir-nos a evitar formulações de regras jurídicas estabelecidas sobre proibições. É preferível que os vínculos e os limites das leis sejam declinados positivamente ou que seja estimulada uma moral autógena, não imposta mas inerente. Em outras palavras, é necessário que entre os sujeitos ético-jurídicos não seja desprezada a contribuição daqueles que vivem a dinâmica da ciência e da técnica, sem chegar a delegar somente a estas decisões que dizem respeito a todos. Trata-se, assim, de estimular o desenvolvimento da ciência dentro das fronteiras humanas e, ao mesmo tempo, de desestimulá-la quando passa a avançar na direção de limites desumanos.

Pluralidade, tolerância, responsabilidade e justiça

Com relação às ciências biomédicas, as reflexões morais emanadas de diferentes setores da sociedade mostram, hoje, duas tendências antagônicas. De um lado, existe uma radical bioética justificativa, através da qual "tudo o que é real não só é racional como também moral"; em outras palavras, significa que "tudo aquilo que pode ser feito, deve ser feito". No extremo oposto, cresce uma tendência conservadora baseada no medo de que nosso futuro seja invadido por tecnologias ameaçadoras, levando seus defensores à procura de um culpado, erroneamente identificado na matriz das novas técnicas, na própria ciência. Neste quadro complexo, a bioética pode vir a ser usada por alguns como instrumento para afirmar doutrinas anticientíficas e, por outros, ser considerada como um obstáculo impertinente ao trabalho dos cientistas e ao desenvolvimento bioindustrial; ou ainda, como um instrumento para negar o valor da ciência (ou como validação de posições pré ou anticientíficas) ou para justificá-la a qualquer custo.

Orientar-se entre estas duas teses opostas não é tarefa fácil. A novidade e a complexidade são características inerentes à maioria dos temas bioéticos atuais, dos transplantes às pesquisas com seres humanos e animais, do projeto genoma à reprodução assistida, dos testes genéticos preditivos à clonagem. Sobre muitos destes problemas, ainda não foram formuladas regulamentações que em outros campos e em épocas passadas conduziram a comportamentos mais ou menos homogêneos e se constituíram no fundamento de leis cujo objetivo, mais do que evitar ou punir qualquer conduta censurável, era o de manter um certo equilíbrio na sociedade. Atualmente, o desenvolvimento da ciência está sujeito a choques com diversas doutrinas e crenças existentes, ao mesmo tempo em que as opiniões pessoais também oscilam entre sentimentos e orientações diversas. Conseqüentemente, linhas de pesquisa se alargarão no futuro, alcançando resultados ainda imprevisíveis, enquanto diversos conhecimentos já adquiridos encontram-se hoje somente na fase inicial de suas aplicações práticas.

De acordo com esta ordem polarizada de coisas, o mundo moderno poderá desaguar em uma crescente "confusão diabólica", ou na resolução de todos os problemas da espécie humana através do progresso científico. As duas hipóteses incorrem no risco de alimentar na esfera cultural o dogmatismo, e na esfera prática a passividade. Se, por um lado, são inúmeros os caminhos a serem escolhidos para que a terra se transforme em um verdadeiro inferno, são também infinitas as possibilidades de utilização positiva das descobertas científicas. O embate entre valores e interesses sobre cada uma das opções é um dado real, inextinguível e construtivo sob muitos aspectos. A adoção de normas e comportamentos moralmente aceitáveis e praticamente úteis requer, pelas razões já expostas, tanto o confronto quanto a convergência das várias tendências e exigências.

Enfim, toda esta desorganização de idéias e práticas comprometem diretamente a própria espécie humana, que se tornou interdependente em relação aos fatos, ainda que por sorte se mantenha diversificada em termos de história,

leis e cultura. A relação entre interdependência, diversidade e liberdade poderá tornar-se um fator positivo somente no caso em que nas escolhas práticas e nas orientações bioéticas forem reforçadas as tendências ao *pluralismo* e à *tolerância*.

A intolerância e a unilateralidade, porém, são fenômenos freqüentes tanto nos *comportamentos* cotidianos (ou "persistentes") quanto nas *atitudes* em relação aos problemas de limites que surgiram mais recentemente e que crescem todos os dias. Quanto aos *comportamentos*, pode-se citar, por exemplo, o ressurgimento do racismo na Europa e em outras partes do mundo cujas bases culturais residem em negar o fato de que as etnias pertencem ao domínio comum da espécie humana e em confundir o conceito de diferença com o de inferioridade. Para as *atitudes*, pode-se recordar os assassinatos de médicos norte-americanos que praticavam o aborto de acordo com as leis de seu país, em nome da "defesa da vida". A tolerância deve ser total, se entendida como respeito aos pensamentos e opiniões alheias, mas o mesmo não pode se afirmar dos atos que muitas vezes as acompanham.

O desenvolvimento da ciência pode percorrer caminhos diversos, utilizar diferentes métodos. O conhecimento é por si só um valor, mas a decisão sobre quais conhecimentos a sociedade, o cientista ou o profissional de saúde devem concentrar seus esforços implica na consideração de outros valores. Da mesma forma, não se pode deixar de considerar o papel do cientista ou do médico, ou das atividades que eles exercem. Suas responsabilidades éticas devem ser avaliadas não só pelo exercício das suas pesquisas ou ações clínico-cirúrgicas em si, mas, principalmente, pelas conseqüências sociais decorrentes das mesmas. Enquanto a ciência ou a medicina, não sendo ideológicas por suas estruturas, podem estar a serviço dos fins mais nobres ou dos mais prejudiciais para o gênero humano, o cientista ou o médico não podem permanecer indiferentes às decorrências sociais do seu trabalho (13). Se a ciência ou a medicina não podem ser ética ou moralmente qualificadas, pode sê-la, no entanto, a utilização que delas se faça, os interesses a que servem e as conseqüências sociais de suas aplicações.

Ainda no que diz respeito à tolerância, a grande pesquisadora inglesa Mary Warnock destacou o princípio segundo o qual a única razão válida para não se tolerar um comportamento é que este cause danos a outras pessoas, além de quem o adota (14). O exemplo a que ela se refere é a legislação sobre embriões, discutida na Inglaterra durante anos. Com relação ao aborto, é oportuno recordar que existe uma diferença entre sua legalidade e moralidade. Sobre a legalidade, vários países o reconheceram, objetivando evitar que ele permanecesse como um fenômeno clandestino, por isto mesmo agravado e impossível de prevenir. Quanto à moralidade, ele é, de qualquer modo, um ato interruptivo de um processo vital, ao qual setores da sociedade atribuem significado negativo. Por outro lado, questões complexas como o aborto não encontram respostas satisfatórias unicamente no âmbito do pluralismo e da tolerância, devendo ser integrados a outros conceitos como a *responsabilidade* e a *justiça*.

Considerações finais

Um perigo que sempre ronda os meios científicos diz respeito à possibilidade de surgirem propostas de proibições generalizadas, com relação às pesquisas e práticas biomédicas que possam vir a ter seus reais objetivos distorcidos. Neste sentido, é indispensável que as regras e as leis que dispõem sobre o desenvolvimento científico e tecnológico sejam cuidadosamente elaboradas. Segundo Lecaldano (15), existe "um núcleo de questões que precisam ser reconduzidas dentro de regras de caráter moral, e não sancionadas juridicamente"; e um outro "no qual estas questões devam ser mais rigidamente sancionadas e, portanto, codificadas". O primeiro aspecto se refere ao pluralismo, à tolerância e à solidariedade, prevalecendo a idéia de legitimidade. O segundo, diz mais respeito à responsabilidade e à justiça, onde prevalece a idéia de legalidade.

De qualquer maneira, é sempre preferível confiar mais no progresso cultural e moral (ou no chamado "direito achado nas ruas") do que em certas normas jurídicas. Existem, de fato, zonas de fronteira nas aplicações das ciências, para as quais são necessárias as regras jurídicas; mas é impossível a rápida reconstrução de referências ou valores compartilhados, a menos que se insista na alternativa da imposição autoritária. Trata-se, acima de tudo, de verificar se é possível trabalhar para a definição de um conjunto de condições de compatibilidade entre pontos de vista que permanecerão diferentes, mas cuja diversidade não necessariamente implique em um conflito ou radical incompatibilidade (16).

Antes de encerrar, gostaria de recordar, mais uma vez, as sempre cautelosas palavras de Hans Jonas: "Esta terra virgem da *praxis* coletiva, na qual adentramos com a alta tecnologia (...) constitui, para a teoria ética, uma espécie de terra de ninguém". Esta profunda afirmação nos leva a refletir sobre a necessidade - apesar da força da ciência - de a espécie humana passar a ser mais humilde nas suas práticas, suplantando o desafio de equilibrar os *princípios éticos* que devem nortear suas ações com as *virtudes* que devem presidir suas decisões. Ou, como costuma escrever o notável cientista Giovanni Berlinguer - um homem que equilibra com rara capacidade princípios e virtudes -, "vencermos os desafios com responsabilidade e prudência e, principalmente, com muita tolerância e solidariedade". São estes os valores que, nesta altura da história, a maioria dos excluídos deste planeta mais necessitam e esperam dos Estados ditos modernos, da ciência e dos seus cientistas.

Abstract - Bioethical Reflections on Science, Health Care and Citizenship

Considering the dynamics observed in the conceptualization of bioethics from its inception, the author proposes classifying it into two branches: the bioethic of persistent situations and the bioethic of emerging situations. Beginning from this theoretical reference point, the article introduces and discusses the following issues: 1. The ethics of responsibility - scientific and social -, which includes the matter of ethical radicalness, pointing out that the central problem of bioethics is not that of "an ethical limit", but the issue of the reasons that justify a certain moral judgment; 2. The limits of the manipulation of life, considering these limits to be, in a conceptual manner: "to advocate the advancement of science within humane boundaries and to discourage progress when it advances in the direction of inhumane limits." 3. Plurality, tolerance, responsibility and justice; concluding that with the accelerated development of science, the issue of "limits" could no longer be regarded from a strictly biotechnological-scientific point of view, but from the perspective of ethical foundations. Since technical and scientific barriers have been practically surmounted, the limit, today, should be established on ethical principles: the "do everything that CAN be done" is replaced by the "do everything that SHOULD be done." Concluding, the article stresses the challenge, for contemporary bioethics, of balancing "the language of principles" with the "language of virtues."

Referências bibliográficas

1. Potter VR. Bioethics: a bridge to the future. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1971.
2. Kant I. Lezioni di etica. Roma: Edit. Laterza, 1991: 49.
3. Jonas H. Il principio responsabilità. Turim: Einaudi Editore, 1990: 03-32.
4. Küng H. Projeção de ética mundial: uma moral ecumênica em vista da sobrevivência humana. São Paulo: Paulinas, 1993: 39-40.
5. Apel KO. Estudios éticos. Barcelona: Alfa, 1986.
6. Apel KO. Teoría de la verdad y ética del discurso. Barcelona: Paidós, 1991.
7. Cortina A. Ética sin moral. Madrid: Editorial Tecnos, 1990: 11-20.
8. Cortina A. Ética aplicada y democrata radical. Madrid: Editorial Tecnos, 1993: 89-154.
9. Berlinguer G, Garrafa V. La merce uomo. MicroMega 1993;1:217-34.
10. Berlinguer G, Garrafa V. O mercado humano: estudo bioético da compra e venda de partes do corpo. Brasília: Editora UnB, 1996.
11. Papa. João Paulo II. Evangelium vitae, lettera sulla laicità e l'inviolabilità della vita umana. Bolonha: Edizione Dehoniane, 1995.
12. Napoleoni C. Cercate ancora, lettera sulla laicità e iltimi scritti. Roma: Editori Riuniti, 1988: 48-9.
13. Sanchez-Vasquez A. Ética. 8.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985: 86-9.
14. Warnock M. I limiti della tolleranza. In: Mendus S, Edwards D. Saggi sulla tolleranza. Milão: Il Saggiatori/Mondadori, 1990.
15. Lecaldano E. Assiste internazionale di bioetica, Roma, 28-30 de maio de 1992; notas preparatórias ao Encontro, cujo conteúdo completo foi publicado por Rodotà S, organizador. Questioni di bioetica. Roma-Bari: Sagittari Laterza, 1993.
16. Rodotà S. Introduzione. In: _____, organizador. Questioni di bioética. Op.cit. 1993: ix.

Endereço para correspondência:

Universidade de Brasília
Caixa Postal 04367
70919-970 Brasília-DF